

JOSIELLY DO NASCIMENTO

**DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA DISCUSSÃO
DO CASO BRASILEIRO AO LONGO DE TRÊS DÉCADAS (1980-2010)**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel no curso de
Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Motta Correia

CURITIBA

2011

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSIELLY DO NASCIMENTO

DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DO CASO
BRASILEIRO AO LONGO DE TRÊS DÉCADAS (1980-2010)

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Fernando Motta Correia

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Denise Maria Maia

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 30 de junho de 2011

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 UMA ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA	8
3 TEORIAS DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO.....	11
4 BRASIL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS:HÁ UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO?.....	14
5 CONCLUSÃO.....	18
REFERÊNCIAS	19

RESUMO

O objetivo deste artigo é resgatar as principais teorias do crescimento e desenvolvimento e analisar o caso do Brasil a partir da década de 1980. Os acontecimentos políticos, econômicos e sociais pelo que o país passou e as lições aprendidas para formular uma nova estratégia de crescimento e desenvolvimento em longo prazo. Conclui-se que as decisões políticas do período interferem nos resultados do presente, mas é possível superar essas políticas inconsistentes e traçar uma estratégia de longo prazo para promover o desenvolvimento.

Palavras-Chave: Crescimento e desenvolvimento econômico, estratégia

ABSTRACT

The aim of this paper is to rescue the main theories of growth and development and consider the case of Brazil from the 1980s. The political, economic and social customs and the country has and the lessons learned to formulate a new strategy for growth and development in the long term. The conclusion is that political decisions affect the results of the period of this, but you can overcome these inconsistent policies and chart a long-term strategy to promote development.

Keywords: Growth and economic development, strategy

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira a partir do início da década de 80 até os dias recentes apresenta algumas peculiaridades acerca do seu processo de desenvolvimento ao longo de quase três décadas.

Até o final da década de 70 o país apresentava três restrições no que diz respeito à qualidade do seu desenvolvimento econômico: políticas fundamentadas em bases antidemocráticas, taxa de inflação elevada e alta concentração de renda. Assim, o tripé político-econômico-social brasileiro no final da década de 70 apontava para um perfil de desenvolvimento orientado sob bases insustentáveis.

Então, na década de 80, o país volta à democracia depois de um período de ditadura militar. Entre 1979 e 1984 enfrenta o II choque do petróleo, passa por várias políticas a fim de controlar a inflação que era o grande vilão da época e trazer a estabilidade ao país. O Brasil necessitava de uma moeda que tivesse credibilidade, para fortalecer e aquecer a economia da época, para que as pessoas voltassem a investir na economia novamente. Para tanto, veremos as políticas utilizadas a fim de promover o desenvolvimento.

A sustentação de qualquer processo de desenvolvimento deve ser guiada a partir de fundamentos político-institucionais que se reflitam em bons indicadores sociais e equilíbrio macroeconômico, de modo que a causalidade que existe entre essas variáveis político-econômico-social sinalizam a etapa de consecução desse processo de desenvolvimento, que é associado ao aumento das condições de vida da população provenientes do crescimento econômico.

O período de redemocratização brasileira caracterizado pela década de 80 contrasta com os aspectos econômico-sociais, sobretudo com relação ao descontrole inflacionário e os elevados indicadores de concentração de renda.

O objetivo do trabalho é analisar o processo de desenvolvimento e crescimento econômico do Brasil a partir da década de 80, buscando identificar o modelo adotado pelo país.

Com esse objetivo, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo faz um breve resumo do processo de desenvolvimento da economia brasileira. No segundo capítulo, são apresentadas as principais teorias do crescimento e desenvolvimento. O terceiro e último capítulo, discute se existe um modelo de desenvolvimento no período estudado.

2 UMA ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA

O esgotamento do modelo de crescimento de industrialização por substituições de importações (ISI) se completou com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O crescimento era financiado pelo endividamento externo, dado a alta dependência de importações que tinha o país em relação ao petróleo, para produzir bens de consumo duráveis. Com o choque do petróleo e o choque da taxa de juros houve retração da liquidez nos países emergentes, o que acarretou em um problema de geração de divisas.

Havia duas formas de resolver o problema: a primeira, pelo ajuste (FMI), e a outra, pelo financiamento. Esse ajuste convencional é feito com base na política fiscal e monetária contracionista.

“A política a ser seguida baseava-se na contenção salarial, no controle de gastos do governo e no aumento da arrecadação, na elevação das taxas de juros internas e na contração da liquidez real, sem abrir mão do tratamento especial dado às atividades de exportação, energia e agricultura e às pequenas empresas.” CARNEIRO E MODIANO (1986).

A economia brasileira passava por uma recessão profunda, houve uma queda no PIB liderado pela retração no segmento de bens de consumo duráveis e bens de capital. O que antes havia gerado o milagre econômico, já estava em decadência. O governo não recorreu ao FMI para programar uma política de estabilização. Em 1983 foi criado um “programa para o setor externo”, que era a base para um acordo com o FMI, onde, após conceder o financiamento externo supervisionava e gerenciava as políticas do país.

O governo do General João Batista Figueiredo (1979-1985) assumiu o país em crise devido à inflação crescente, aumento da dívida externa e aumento do desemprego. Seu compromisso político era “fazer do Brasil uma democracia”, dando continuidade ao processo de abertura iniciado pelo governo Geisel. Colocou em prática o III PND. Esse Plano estabelecia como meta o crescimento da renda e do emprego, equilíbrio do balanço de pagamentos, controle da dívida externa, combate a inflação e o desenvolvimento de novas fontes de energia.

Essa década também foi marcada pelo fim da ditadura militar. Em 1984, o movimento das “Diretas Já” reivindicava as eleições presidenciais diretas que se concretizou com a aprovação da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira. Em 1985, PMDB e PFL, através de um acordo lançaram Tancredo Neves para Presidente, e como vice José Sarney, porém, antes de tomar posse Tancredo Neves veio a falecer, sendo substituído pelo seu vice.

O período que o governo José Sarney ficou no poder 1985-89 ficou conhecido como “nova república” e foram lançados três planos para estabilizar a inflação: Plano Cruzado em 1986; Plano Bresser em 1987 e Plano Verão em 1989. Estes três planos usaram a proposta de “Choque Heterodoxo” defendido por Lopes (1985), na qual a idéia central era o congelamento de preços, já que a inflação era identificada como inercial – realimentada pela inflação passada.

A Nova República foi uma época de instabilidade econômica, mas que deixou algumas lições importantes: a primeira é que após a estabilização sempre vem uma expansão da demanda, então seria necessário conter essa explosão de consumo; a segunda refere-se ao uso de escala móvel como exemplo o “gatilho salarial” que acabava encurtando o período de reajuste; e a terceira é que o congelamento de preços produziu desequilíbrios de preços relativos.

Outro ponto importante desse período foi a nova Constituição em 05/10/1988 que estabeleceu dentre os principais: eleições diretas em todos os níveis; legalização dos partidos; concessão de direito de voto aos analfabetos, aos menores de 18 e maiores que 16 e também maiores que 70 anos; liberalização das atividades sindicais e uso irrestrito dos meios de comunicação nas campanhas eleitorais.

A década de 90 foi marcada por uma mudança de “modelo” de crescimento da economia brasileira. Inicia-se com o novo presidente eleito pelo voto direto, em março de 1990 assume Fernando Collor de Mello. As reformas propostas pelo novo governo incluíam uma menor participação do Estado na economia, à abertura comercial e a privatização. Seus Planos econômicos Collor I e II fracassaram e resultaram em recessão e perda da credibilidade, assim no final de 1992 ele foi destituído do poder.

Com Itamar Franco como novo presidente da República deu-se continuidade ao processo de reformas. Após as lições aprendidas na década de 80, o governo lançou um programa de estabilização, tendo como o principal objetivo eliminar a inflação brasileira. Foi criada a Unidade Real de Valor (URV) na primeira metade de

1994 que permitiu a desindexação da economia brasileira. Nascia o Plano Real com a função de promover ajuste fiscal, para equilibrar as contas do governo, criar um novo padrão monetário estável e resgatar a confiança dos agentes. A manutenção dessa estabilização se deu no governo de Fernando Henrique Cardoso, que também foi marcado pela privatização das empresas estatais. No seu segundo mandato, devido às crises financeiras internacionais o Brasil também entrou em crise. Outro destaque desse período foi à criação da Lei de Responsabilidade fiscal (LRF) que se caracterizava pelo rigor exigido na execução do orçamento público, que limitava o endividamento dos estados e municípios e os gastos com o funcionalismo público.

O ajuste macroeconômico que ocorreu com o Plano Real foi muito importante, entretanto, alguns problemas como o aumento do desemprego, o endividamento dos Estados e a distribuição de renda ainda precisavam ser resolvidos. Em Janeiro de 2003 assume Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como maior objetivo sanar o problema da concentração de renda que assolava o país.

3 TEORIAS DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

Os precursores no estudo do crescimento e do desenvolvimento foram os grandes economistas clássicos: Adam Smith, Thomas Malthus, John Stuart Mill, David Ricardo e Karl Marx. Uma das idéias mais importantes foi introduzida por Adam Smith, que publicou seu livro “Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações” em 1776, pelo qual introduziu o conceito de rendimentos crescentes, baseado na divisão do trabalho, que é significativo para a maneira como encaramos os processos econômicos. Para ele a produtividade do trabalho poderia ser aumentada pela especialização.

Segundo Thirlwall (2005), o modelo de Harrod-Domar de 1939 foi uma extensão da análise do equilíbrio estático da Teoria Geral de Keynes. Harrod introduziu três conceitos de crescimento: a taxa real de crescimento (g_n), a taxa de crescimento justificada (g_w) e a taxa natural de crescimento. Domar percebeu que o investimento aumenta a demanda por meio do multiplicador keynesiano e aumenta também a oferta por expandir a capacidade. Esse modelo foi o precursor do Modelo de Crescimento Exógeno.

O modelo neoclássico conclui que o investimento não é tão importante para o crescimento em longo prazo, porque a taxa natural depende do aumento da força de trabalho e da produtividade da mão-de-obra – determinada pelo progresso tecnológico- e ambos são exogenamente determinados.

Solow (1956) foi o primeiro a usar a forma intensiva em mão-de-obra da função de produção Cobb-Douglas para analisar o desempenho do crescimento da economia norte-americana nos cinquenta anos anteriores, e concluiu que apenas 10% do crescimento da produção/homem podiam ser “explicados” por diversas formas de progresso técnico.

O modelo neoclássico do crescimento baseia-se em três pressupostos: 1º a força de trabalho e o progresso tecnológico economizador de mão-de-obra crescem a uma taxa exógeno constante; 2º toda poupança é investida, não há função de investimento que seja independente, 3º a produção é função do capital e trabalho, e nele a função de produção exhibe rendimentos constantes de escala e rendimentos

decrecentes dos fatores individuais de produção. A crítica a esse modelo é que ele é orientado para a oferta.

A “nova” teoria do crescimento tenta compreender e explicar as diferenças de aumento da produção e elevação do padrão de vida, que é instigada pela diferença entre países. Essa “nova” teoria procura explicar por que não tem havido convergência dos padrões de vida na economia mundial, ela contraria a previsão da teoria neoclássica baseado no pressuposto dos rendimentos decrescentes. A maior disponibilidade de dados padronizados facilitou as comparações das quantidades reais que poderiam ser feitas, tanto entre os países como ao longo do tempo Summers e Heston (1991) e os estudos que mostram a não convergência da renda per capita na economia mundial Baumol (1986), contraria a previsão da teoria neoclássica do crescimento.

Dados históricos e empíricos sugerem que a indústria e particularmente a atividade manufatureira é o setor de maior expansão, o que leva ao maior crescimento. Os países que crescem com rapidez tendem a serem aqueles em que a participação da indústria no PIB aumenta com mais velocidade: os chamados países “recém-industrializados”. Um dos economistas a abordar essa questão foi Kaldor, que encontrou como determinante do setor manufatureiro a demanda proveniente da agricultura, nos estágios iniciais do desenvolvimento e o crescimento das exportações nas etapas posteriores. Kaldor afirmou que é impossível compreender o processo de crescimento e desenvolvimento sem distinguir as atividades com rendimentos crescentes e decrescentes.

“O rápido crescimento das exportações e da produção pode então instaurar um círculo vicioso de crescimento, no qual o aumento acelerado das exportações leva a um crescimento rápido da produção, e o crescimento rápido da produção leva a um aumento acelerado das exportações, por meio do impacto favorável do aumento da produção na competitividade.” THIRLWALL (2005)

As exportações diferem dos outros componentes da demanda em três aspectos importantes: - elas são o único e verdadeiro componente da demanda autônoma em um sistema econômico, no sentido de a demanda provir de fora do sistema; - as exportações são o único componente da demanda capaz de custear os requisitos de importação para o crescimento; - e um terceiro aspecto importante das

exportações é que as importações (permitidas por elas) podem ser mais produtivas que os recursos internos, uma vez que alguns bens cruciais necessários ao desenvolvimento (como os bens de capital) não são localmente produzidos. Esse é o argumento do lado da oferta para o crescimento impulsionado pelas exportações.

O crescimento das exportações é um componente fundamental da demanda agregada e pode instaurar um círculo virtuoso do crescimento. Segundo Esfahani (1991), a correlação estatística entre expansão das exportações e crescimento, muitas vezes é atribuída a externalidades da concorrência no mercado mundial. Pelo menos na maioria dos países em desenvolvimento, as grandes restrições ao crescimento da demanda são o balanço de pagamentos vigente e a escassez de divisas. O crescimento das exportações alivia essa restrição e é o único a permitir que todos os outros componentes da demanda cresçam mais depressa, sem que surjam dificuldades no balanço de pagamentos. Segundo Thirlwall (2005), essa é a mais simples de todas as explicações sobre a relação entre crescimento das exportações e o da produção, e leva a construção de modelos de crescimento limitados pelo balanço de pagamentos.

Conhecida a importância da relação entre crescimento das exportações e produção, o modelo de crescimento limitado pelo balanço de pagamentos busca mostrar que o desempenho de cada país está nas diferenças produtivas e nas elasticidades-renda da demanda de exportações, como fatores que contribuem para as diferenças.

De acordo com Thirlwall (2005) o teste deste modelo consiste em verificar em que medida o crescimento dos países em longo prazo aproxima-se da taxa de crescimento prevista. Se ele for igual ou ligeiramente superior ao dos países que tem déficits e se houver recursos internos não empregados, isso será prova bastante convincente de que o crescimento está sendo limitado pelo balanço de pagamentos. A única forma de conciliar o aumento da taxa de crescimento com o equilíbrio do balanço de pagamentos é a mudança estrutural.

Dadas às várias discussões e teorias a cerca do crescimento e desenvolvimento econômico, analisaremos se tais modelos podem estar ou não aderentes ao caso brasileiro, sobretudo a partir de 1980.

4 O BRASIL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS: HÁ UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO?

No capítulo anterior foi analisado que o crescimento econômico é um processo que resulta de uma complexa interpelação de fenômenos. Está ligado ao aumento da produtividade dos fatores de produção (recursos naturais, capital humano, capital físico, tecnologia). As teorias do crescimento econômico procuram precisamente modelar esse processo, a partir de determinadas hipóteses.

Como foi visto, os precursores das teorias de crescimento e desenvolvimento foram os economistas clássicos. Adam Smith introduziu o importante conceito de rendimentos crescentes. Já o modelo de Harrod-Domar estendeu a análise da Teoria Geral de Keynes e introduziu novos conceitos criando um modelo que foi precursor do Modelo de Crescimento Exógeno.

O modelo neoclássico no qual as variáveis determinantes são exógenas é baseado em três pressupostos e está orientado para a oferta. A nova teoria do crescimento procura explicar a não convergência nos padrões de vida da economia mundial, contrariando a teoria neoclássica. O modelo desenvolvido por Solow analisou a economia norte-americana e concluiu que o crescimento poderia ser explicado pelo progresso técnico. Já Kaldor analisou a atividade manufatureira e mostrou que é impossível compreender o processo de crescimento e desenvolvimento sem distinguir as atividades com rendimentos crescentes e decrescentes. Esfahani mostrou a correlação estatística entre crescimento e expansão das exportações, num modelo limitado pelo balanço de pagamentos.

No caso do Brasil, o capítulo 2 mostrou que a década de 80 no foi marcada pelos diversos planos de combate a inflação. Desenvolvido pelo governo os planos não tiveram sucesso. O resultado foi o não pagamento de dívidas a credores internacionais, o que resultou em graves problemas econômicos que perdurariam por anos. Também foi marcado pelo baixo crescimento do PIB, pelo fim da ditadura militar e a criação de uma nova constituição.

Na década de 90 houve uma mudança no modelo de crescimento da economia brasileira. Mas ela se distingue da década anterior pela retomada da

produtividade. Iniciava o primeiro governo eleito pelo voto direto, Fernando Collor de Melo. Em sua proposta de governo defendia uma menor participação do Estado na economia, à abertura comercial e as privatizações. Com o fracasso dos planos econômicos, foi destituído do poder. É no próximo governo, Itamar Franco, que nasce o Plano Real, com a criação de uma nova moeda para promover o ajuste fiscal. Diferentemente dos demais, esse plano foi bem sucedido no combate a inflação. Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao plano, e em sua gestão podemos destacar ainda a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as privatizações. Alguns autores consideram a década de 90 como “década de transformações”

A partir de 2003, o novo governo deu continuidade às políticas econômicas empreendidas pelas administrações anteriores e prosseguiu com política econômica baseada no tripé flutuação cambial/metastas de inflação/austeridade fiscal. Dando prioridade para a redução do desemprego, o endividamento dos estados e a distribuição de renda.

Nas três últimas décadas o Brasil passou por grandes mudanças. Essas mudanças levaram a ruptura da antiga ordem e desmontaram a arquitetura político-institucional, sendo desencadeadas por fatores externos e internos. Ocorreram reformas políticas para construir um regime com a constituição de 1988, programas de estabilização econômica, reformas orientadas para o mercado como privatizações e abertura externa, tornaram-se as novas prioridades dos governos. Observou-se, sobretudo nos anos 90, uma redefinição da agenda pública provocando uma ruptura com os aspectos políticos e econômicos anteriores.

O país ficou mais frágil em função da abertura comercial associada ao endividamento externo, tornando-se vulnerável aos centros financeiros mundiais. Segundo Leite (2004), com isso o Brasil perdeu parte valiosa da sua capacidade de definir sua própria estratégia de desenvolvimento. Ainda de acordo com o autor, o país deu grandes passos no sentido de se atualizar com o mundo desenvolvido, mas os esforços foram insuficientes.

Quanto à ótica social, a maior preocupação é com a redistribuição de renda. O progresso em termos de crescimento e a melhoria dos indicadores sociais não foram acompanhados por um progresso na justiça econômica do país, que se

verifica com a evolução dos indicadores de concentração de renda. Esta não melhorou ao longo do tempo, sendo uma das piores em termos mundiais. No início dessa década, a desigualdade começou a diminuir em função da preservação da estabilidade econômica e da criação e ampliação de programas sociais de redistribuição de renda. Mas ainda falta uma melhor distribuição de seus benefícios conciliada com crescimento econômico sustentável.

Antes do início da década de 90, não houve muito espaço para se pensar no longo prazo, para se fazer uma nova estratégia nacional. Com o sucesso do Plano Real no que se propôs a estabilização, o país voltou à normalidade, mas sem uma estrutura de planejamento em longo prazo, o que vinha ocorrendo desde a década de 1980.

Começou a ganhar destaque a tese de que em uma economia de mercado cabia ao governo a criação de condições e clima propício ao desenvolvimento, para que surgissem as iniciativas privadas que levariam ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável. As regras de bom comportamento ditadas pelo consenso de Washington, foram levadas ao pé da letra pelo governo. "Passou a dominar a convicção de que bastava organizar clima econômico sadio para que o desenvolvimento ocorresse, por via de consequência, embora, na prática, dificuldades políticas fizeram com que a reforma de previdência fosse incompleta e as do sistema tributário e da organização político-partidária não tivesse andamento." Leite (2004, p. 220)

Para as nações em desenvolvimento como o Brasil é difícil conciliar os objetivos econômicos como o aumento da produção de bens e serviços e de sustentação da estabilidade monetária, evitando ao mesmo tempo, a vulnerabilidade externa; com a distribuição equitativa dos benefícios do crescimento.

Então a principal questão continua a ser a saída do estado de subdesenvolvimento. O Brasil nas últimas duas décadas do século XX se atrasou em relação às nações desenvolvidas. As teorias do crescimento econômico têm demonstrado que uma economia pode crescer sem se desenvolver; pois produzir mais produtos, não significa desenvolvimento, tendo em conta que o processo de política econômica e social da nação conduz a uma distribuição desigual.

Fica ainda a pergunta se após esse período o Brasil conseguiu superar as políticas econômicas inconsistentes, e como estratégia de longo prazo possa promover o desenvolvimento sustentável e equitativo do país, apoiado no próprio crescimento econômico interno, continuando a melhoria na distribuição de renda e reduzindo a pobreza absoluta, propiciando progresso e qualidade de vida para sua população.

5 CONCLUSÃO

Analisando o processo de desenvolvimento e crescimento econômico do Brasil nas últimas três décadas, procuramos identificar o modelo que foi adotado pelo país.

A análise da economia brasileira procurou ilustrar que as decisões de política econômica do período estudado, projetam seus resultados até hoje. Como vimos, as teorias de crescimento demonstram que pode haver crescimento sem desenvolvimento. A crise da década de 1980 aprofundou o desequilíbrio social, sendo marcada pela aceleração inflacionária. A estabilização se destaca nos anos de 1990 com o Plano Real surgindo à possibilidade de recuperação do crescimento e possível melhoria das condições sociais. Apesar de o país adotar um modelo liberal do comércio, não se pode dizer que existiu um modelo de crescimento, que em longo prazo levaria ao desenvolvimento.

Mas os problemas no início desse século ainda são muitos, não só no âmbito econômico, mas também no social. É preciso priorizar uma estratégia de desenvolvimento.

Podemos esperar que com os erros e acertos vividos nessas três últimas décadas a economia brasileira venha trilhar seu próprio modelo de desenvolvimento, levando ao crescimento sustentado da economia sem gerar outros desequilíbrios externos.

REFERÊNCIAS

- BAUMOL, W. Productivity growth, convergence and welfare. **American Economic Review**, dez. 1986
- CARNEIRO, D. D.; MODIANO, E. "Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984", in ABREU, M. P. **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- ESFAHANI, H. Exports, imports and economic growth in semi-industrialised countries. **Journal of Development Economics**, jan. 1991.
- GREMAUD, A.; VASCONCELLOS, M.; e JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas
- LEITE, A. D. **A economia brasileira, de onde viemos e onde estamos**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
- LOPES, F. **Inflação, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas**. RJ, REP Vol. 5 nº 2 1985. Disponível em: < <http://www.rep.org.br/pdf/18-12.pdf> >
- MODIANO, E. "A Opera dos Três Cruzados: 1985-1989". In: ABREU, M. P. **A Ordem do Progresso**. RJ, Editora Campus, 1989.
- OCDE, **Estudos Econômicos da OCDE Brasil, 2000-2001**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
- SOLA, L. e PAULANI, L.(orgs.) **Lições da década de 80**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SOLOW, R. A contribution to the theory of economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, fev. 1956
- SUMMERS, R.; HESTON, A. The Penn World Table (Mark 5): an expanded set of international comparisons 1950-1966. **Quarterly Journal of Economics**, maio 1991.
- THIRLWALL, A. P. **A Natureza do Crescimento Econômico: Um Referencial Alternativo para Compreender o Desempenho das nações**. Brasília, IPEA, 2005.
- VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F.; CASTRO, L. B.; e HERMANN, J. (orgs.) **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. São Paulo: Campus.